

## **LEI Nº 2.828/2015**

**Súmula:** “Autoriza o Poder Público a dispor sobre a obrigatoriedade na contratação de mão de obra araucariense e mão de obra feminina pelas prestadoras de serviço no pólo industrial, e dá outras providências”.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Ficam as empresas prestadoras de serviços no Pólo Industrial de Araucária obrigadas a contratarem e manterem empregados prioritariamente trabalhadores domiciliados neste Município e Região Metropolitana de Curitiba, no percentual de 70% (setenta por cento) do seu quadro efetivo de funcionários.

**Parágrafo único.** O percentual previsto no *caput* deste artigo é para as novas vagas que forem criadas na vigência desta Lei, compreendida por função dos trabalhadores contratados.

**Art. 2º.** Não se aplica a determinação prevista no artigo anterior mediante a seguinte hipótese:

I – para contratações de trabalhadores cuja mão de obra exija graduação em curso superior.

**Art. 3º.** As empresas prestadoras de serviços no Pólo Industrial de Araucária serão obrigadas a destinar 15% (quinze por cento) da reserva percentual determinada no artigo 1º desta Lei, para mão de obra exclusivamente feminina.

**Parágrafo único.** Na hipótese de não haver candidata para preenchimento da vaga destinada à mão de obra feminina em 15 (quinze) dias após a publicação de sua abertura, a empresa poderá destiná-la a trabalhador do sexo masculino para ocupá-la.

**Art. 4º.** Constatado o descumprimento desta Lei, a empresa será notificada pelo Poder Público Municipal e poderá apresentar a sua defesa no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias.

**Art. 5º.** Caso não seja apresentada a defesa prevista no artigo anterior ou se as mesmas não forem acatadas, o descumprimento implicará na aplicação das seguintes penalidades:

I – Primeira infração: advertência e suspensão de atividades por 24 horas a contar a partir da autuação;

**II** – Segunda infração: suspensão das atividades no período de dez dias;

**III** – Terceira infração: suspensão temporária do Alvará de funcionamento;

**IV** – Quarta infração: suspensão definitiva do Alvará de funcionamento.

**Art. 6º.** A abertura das vagas reservadas previstas nesta Lei será publicada em veículo de comunicação de massa e na Agência do Trabalhador de Araucária.

**Parágrafo único.** A fiscalização do cumprimento desta Lei ficará sob responsabilidade das Secretarias de Trabalho e Emprego, Secretaria de Finanças e CODAR – Companhia de Desenvolvimento de Araucária, com a colaboração dos sindicatos e comissões representativas dos trabalhadores.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 29 de abril de 2015.

**OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA**  
Prefeito Municipal